

(referente aos itens 8, 9 e 10 do questionário)

Ementa: Dificuldade de acesso às escolas do Município de _____ por ausência de transporte escolar. Restrições impostas pelas concessionárias quanto ao acesso dos alunos beneficiados pela gratuidade aos veículos ou coletivos (apenas se houver respostas positivas ao item 10).

PORTARIA N.º ____/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO _____, por intermédio do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo no disposto nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal¹ estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, **com absoluta prioridade**, a efetivação do direito fundamental **à educação**, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CRFB/1988), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (artigo 208, I da CRFB/1988);

CONSIDERANDO que toda criança e adolescente tem direito à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

¹ Artigo 227, caput da CRFB/1988.

CONSIDERANDO que, para a plena efetivação do direito à educação, cabe ao ente estatal, no âmbito de sua respectiva competência, oferecer **programas adequados de transporte escolar** aos alunos de sua rede que não residam próximo ao estabelecimento de ensino em que estejam matriculados, de forma a ser assegurada igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todos os educandos, nos termos dos artigos 206, I e 208, VII, da Constituição da República e artigo 4º, VIII da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

CONSIDERANDO que é competência e dever dos Municípios promover o transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino (artigo 11, VI da Lei 9.394/96), atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil, cabendo ao Estado, por seu turno, a mesma obrigação no tocante aos alunos da rede pública estadual de ensino (artigo 211, §1º e 2º da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §1º e 2º da CRFB/1988 e artigos 3º, IX e 4º, I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96);

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, os alunos do Município de _____ estão tendo dificuldades de acesso a suas unidades de ensino, em especial as escolas _____;

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, a(s) concessionária(s) de transporte coletivo vêm impondo restrições ao acesso de alunos beneficiados pela gratuidade no Município de _____, ensejando o descumprimento, pelo ente estatal, do seu dever de promover, de forma eficiente e integral, o transporte escolar dos

alunos da sua rede pública (apenas se houver respostas positivas ao item 10);

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, **com a finalidade de serem colhidas informações que subsidiem eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais visando à regularização do serviço de transporte escolar oferecido pelo Estado/Município de _____** aos estudantes de sua rede de ensino.

Para tanto, **DETERMINO**, por ora, à Secretaria deste órgão de execução, as seguintes diligências:

1. Registre-se, numere-se e autue-se a presente Portaria, devendo constar da sua capa **etiqueta** com os seguintes dizeres: **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – “Dificuldade de acesso às escolas do Município de _____ por ausência de transporte escolar”;**

2. Expeça-se ofício ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de _____ e ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal Educação, instruindo-os com cópia da presente portaria de instauração de ICP, solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que sejam prestadas as seguintes informações:

1. número de veículos que integram a frota destinada ao transporte dos alunos da educação básica;
2. número total de alunos matriculados na rede de ensino, com a indicação aproximada do quantitativo de educandos que utilizam os veículos da referida frota;
3. esclarecimentos quanto às dificuldades de acesso dos alunos a suas unidades de ensino, em especial no que se refere às escolas _____;

4. cópia dos contratos com as empresas que realizam o transporte escolar;
5. cópia do contrato de concessão do transporte público municipal, esclarecendo se há punição para as empresas concessionárias que impõem restrições ao acesso dos alunos beneficiados pela gratuidade aos veículos ou coletivos (apenas se houver respostas positivas ao item 10);
6. providências que estão sendo adotadas para superar as dificuldades de acesso dos alunos a suas unidades de ensino, em especial no que se refere às escolas _____;
7. providências que estão sendo adotadas para que as concessionárias do transporte público se abstenham de impor as restrições ao acesso dos alunos beneficiados pela gratuidade (apenas se houver respostas positivas ao item 10);

3. Oficie-se ao Conselho Tutelar para que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se o órgão vem sendo acionado em razão de deficiências no serviço educacional de transporte educacional, indicando, em caso positivo, quais são os estabelecimentos de ensino cujos alunos encontram maiores dificuldades de acesso ao transporte escolar, bem como quais as regiões ou bairros do Município que eventualmente não são devidamente atendidas pelo aludido serviço.

4. Com a vinda das respostas aos itens 2 e 3 da presente portaria, agendar reunião com Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação sobre o tema;

5. Dê-se a devida publicidade à presente portaria, afixando-a no quadro deste órgão de execução.

Por fim, designo para secretariar o presente procedimento administrativo os servidores lotados neste órgão de execução.

_____, de _____ de 2013.

Promotor de Justiça